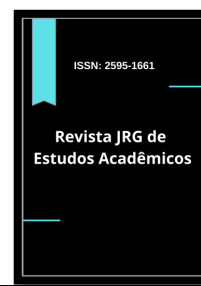




Listas de conteúdos disponíveis em [Oasisbr](https://oasisbr.org)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:
<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Auto-objetificação em mulheres universitárias transgênero, travestis e não binárias

Self-objectification in transgender, transvestise and non-binary college women

DOI: 10.5281/zenodo.8066517

ARK: 57118/JRG.v6i13.641

Recebido: 27/04/2023 | Aceito: 21/06/2023 | Publicado: 01/07/2023

Karoliny Viana Macêdo¹

<https://orcid.org/0009-0003-9345-1731>

<http://lattes.cnpq.br/4795870936805371>

Centro Universitário IESB- DF, Brasil

E-mail: karoliny.macedol@iesb.edu.br

Gilson de Assis Pinheiro²

<https://orcid.org/0000-0002-4325-6191>

<http://lattes.cnpq.br/2106362327413749>

Centro Universitário IESB- DF, Brasil

E-mail: gilson.pinheiro@iesb.br



Resumo

A auto-objetificação refere-se à internalização do olhar do outro sobre o próprio corpo. A partir de estudos de Frederickson e Roberts (1997) percebe-se que, na cultura machista, pessoas são coisificadas, o corpo torna-se sexualmente objetificado, controlado, “alvo de olhares e críticas”. Quanto maior a objetificação, maior é o impacto sobre a saúde mental acarretando ocorrência de inúmeros quadros, como transtornos alimentares, ansiedade, depressão, estresse e outros. Há poucas pesquisas acerca do auto objetificação em mulheres universitárias e menos ainda sobre a auto objetificação em mulheres universitárias não hetero transgênero, travestis e não binárias. Este trabalho objetiva mensurar a auto-objetificação em mulheres universitárias não hetero normativas. Observou-se (1) há alta objetificação em mulheres universitárias transgênero, travestis e não binárias. (2) A maior média de auto-objetificação foi com mulheres travestis universitárias, (3) Há necessidade de serem estabelecidas políticas voltadas para relações de gênero não heterocentrada

Palavras-chave: Auto-objetificação. Universitárias. Gênero. Feminilidades

1 Graduação em andamento em Psicologia pelo Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB, Brasil.

2 Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás (1983), graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília (1994), graduação em licenciatura em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília (1993), graduação em Gastronomia pela Faculdade Maurício de Nassau (2008), Mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília (2000) e Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (2005). Atualmente é professor do Instituto de Educação Superior de Brasília. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicobiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: odontopediatria, ansiedade, 5-HT, psicobiologia da ansiedade, processos psicológicos básicos, transtornos alimentares e Psicoterapia Cognitivo Comportamental

Abstract

Self-objectification refers to the internalization of the other's view of one's own body. Based on studies by Frederickson and Roberts (1997), it can be seen that, in the macho culture, people are objectified, the body becomes sexually objectified, controlled, "target of looks and criticism". The greater the objectification, the greater the impact on mental health, leading to the occurrence of numerous conditions, such as eating disorders, anxiety, depression, stress and others. There is little research on self-objectification in college women and even less on self-objectification in non-hetero transgender, transvestite, and non-binary college women. This work aims to measure self-objectification in non-heteronormative college women. It was observed (1) there is high objectification in transgender, transvestite and non-binary university women. (2) The highest average of self-objectification was with university transvestite women, (3) There is a need to establish policies aimed at non-heterocentric gender relations

Keywords: Self-objectification. University students. Gender

1. Introdução

A auto-objetificação refere-se à internalização do olhar do outro sobre o próprio corpo (Frederickson e Roberts, 1997; Loureiro, 2014; Bercht, 2018). Este conceito permite identificar a força e relevância do ambiente sócio-cultural no comportamento de diferentes atores no contexto social. Ao serem coisificadas o sujeito externo olha, analisa, avalia e julga alguém por suas características externas ocorrendo muitas vezes atos de violência física, mental e psicológica diante de situações de discriminação, humilhação, segregação ocupacional acarretando necessidade de um processo de luta e empoderamento pelo lugar de fala das pessoas objetificadas (Colagero, Tantleff-Dunn & Thompson, 2011).

O presente trabalho insere-se na leitura da auto-objetificação de mulheres universitárias e contribui para aprofundamento de discussões acerca de gênero e sexualidade. Assinala-se que, ao serem objetificadas, são consumidas dentro de uma sociedade machista e conservadora, muitas são os atos de violência e misoginia. Dentro deste olhar tem sido percebido impacto sobre a imagem corporal, experiências de vergonha sobre o próprio corpo, quadros psicopatológicos tais como Transtornos alimentares, Transtornos de Humor, Transtornos Ansiosos, Depressão, Estresse (Davidson & Gervais, 2015, Holmes & Johnson, 2017; Poon, Chen, Teng & Wong, 2020; Santos, Trindade, Pereira e Santos, 2020; Moradi & Tebbe, 2022; Peci, Guizzo, Bonache, Borges-Castells, Morera & Vaes, 2023) sendo o feminicídio um desfecho em muitos casos (Mariano e Souza, 2023).

Tal questão traduz em sofrimento para o *modus vivendi* de mulheres em uma cultura que as objetifica (Frederickson e Roberts, 1997; Colagero, Tantleff-Dunn & Thopson; Bercht, 2018) e as torna mais vulneráveis a apresentarem sentimentos de vergonha, impactando negativamente sobre a saúde mental com ansiedade, depressão, transtornos alimentares e outros quadros psicopatológicos (Morai e Huang, 2006; Tiggemann e Willians, 2012; Loureiro, 2014; Bercht, 2018).

Muito se tem falado sobre os avanços recentes em relação às políticas de gênero, tal como a maior participação feminina com maior acesso a cargos políticos e espaços de poder. Esta luta não é recente. Vale lembrar que apenas em 1879, as mulheres ganharam o direito de cursar uma faculdade, em 1932 puderam votar, em 1960 com a pílula anticoncepcional refletiram sobre o direito reprodutivo, em 1962, puderam trabalhar sem necessitar da aprovação do marido, em 1977 puderam se divorciar de um casamento infeliz, em 2006 com a lei Maria da Penha obtiveram a

força para combater a violência doméstica e só em 2015 surgiu a lei do feminicídio (Teles, 1993; Pinto, 2003).

Estes avanços são recentes e muito importantes, contudo, ainda é necessário discutir acerca do que é ser mulher, o papel da mulher e a luta pela equidade, por participação nas diferentes tomadas de decisões, por espaços sociais e pelo seu lugar de fala.

Entretanto ainda se percebe uma dificuldade de grande parcela da população na diferenciação entre sexo e gênero. Sexo refere-se a uma leitura anatômica, enquanto gênero é uma construção social onde alguém relaciona os papéis sociais (com expectativas de comportamento de acordo com o esperado pela sociedade), a identidade de gênero (experiência subjetiva que alguém tem sobre si mesma e das relações com outros gêneros) (Maracci, 2013; Cruz et cols, 2020).

A visão pós-moderna e a Psicologia Feminista trazem o gênero como um processo e um construto, não como uma resposta fixa (Nogueira, Conceição, 2001). As pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no momento do seu nascimento são chamadas de cisgêneras, e, como trans, as que apresentam identidade de gênero e sexualidade em não conformidade com o sexo atribuído, sendo este grupo é muitas vezes desconhecido e, também excluído, cancelado, agredidos, assassinados (Ferreira, 2021).

A teoria da objetificação oferece críticas quanto ao determinismo biológico para atribuição de gênero (Frederickson e Roberts, 1997; Berch et cols, 2019). Não se pode reduzir o “ser mulher” apenas ao aspecto anatômico e falocêntrico da lógica patriarcal que mobiliza a leitura misógina do cenário que atualmente enfrentamos. Vale lembrar que, em função desta leitura falocêntrica, ocorrem violências de gênero, diferentes quadros psicopatológicos, a submissão da mulher a processos a postos de trabalho com desigualdade salarial e invisibilização das diferentes feminilidades.

Certo é que falar sobre a auto objetificação feminina diante das diferentes feminilidades possibilita discutir sobre a construção histórica e narrativas das corporeidades e a questão aumenta diante da densidade teórica-conceitual ao se perceber que há feminilidades com diferentes expressões, papéis e identidades de gênero.

Esta construção do feminino desnaturaliza o aspecto unicamente anatômico e biológico atribuído ao corpo e nota-se a inserção de leitura mais ampla ao se focar as diferentes expressões, papéis e formas de expressar o gênero (Ferreira, 2021).

Mulheres Universitárias

Dados estatísticos recentemente publicado pelo INEP sobre o Censo de Educação Superior apontam maior participação das mulheres no Ensino Superior, maior taxa de conclusão de cursos e menor taxa de desistência em comparação com homens (Brasil, 2022) e isto reflete o resultado de uma dura conquista que só foi alcançada após uma árdua luta travada durante muito tempo pelas mulheres.

Apesar destes avanços ainda há necessidade de melhor conhecer o espaço das mulheres nas universidades, tendo em vista que ainda há um espaço social excludente com diferenças de tratamento social e menor espaço de fala nos postos de decisão (Cerezetti Almeida, Barbosa, Guimarães, Ramos, Lessa, Túlio, Silva, Junqueira, Alves, Campos & Ferraro 2019) e invisibilidade das diferentes feminilidades.

É relevante a leitura das diferentes corporeidades com desejos, sexualidades e necessidades também no ambiente da Universidade e, o corpo, também pode ser compreendido enquanto relação com direitos, poder, instrumentos de controle de

ações (Foucault, 1988). Em nossa cultura latina, machista e patriarcal, qualquer expressão que foge da normatividade é considerada desviante e impacta nas relações de domínio/dominado.

A cada dia as mulheres vêm ocupando mais espaços de poder. Já são maioria no ensino superior, contudo ainda há desigualdade salarial e acesso a postos de decisão que são predominantemente masculinos e estas, tem sido objetificadas. A maior parte da literatura centra na mulher cis, mas ainda pouco sabemos sobre os espaços de outras feminilidades, havendo necessidade de compreender a objetificação corporal da mulher cis, trans, travesti, assexuais, não binárias, as quais cursam diferentes áreas do conhecimento do ensino superior.

Progressivamente a mulher vem ocupando espaço por sua competência, escolaridade e trabalho, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Percebe-se que a mulher cis gradativamente vem ocupando um importante espaço público e social inicialmente ocupadas por homens, mas há uma invisibilidade acerca deste papel para mulheres não cis. Um ponto em comum entre todas as feminilidades é a auto objetificação corporal e nos faz pensar sobre as diferentes violências e a inserção destas no espaço acadêmico (Scavone, 2015; D' Oliveira, 2019; Silva e Vaz, 2019; Labiak, De Novis, Silva, 2020; Maito, Panuncio-Pinto e Vieira, 2022).

Estudantes mulheres, negras e não-heteronormativas têm probabilidade seis vezes maior de sofrer violência, em comparação a homens, brancos e heteronormativos (Montrone et cols, 2020). Entende-se que a temática “auto objetificação feminina não cis” é de extrema relevância para dar visibilidade social para que sejam planejadas ações para a minimização do sofrimento psíquico dessa população e, assim, possibilitando que as Universidades sejam protagonistas no espaço de escuta e acolhimento desse grupo.

História

Vivemos em uma sociedade cisnormativa, onde pessoas cis decidem por pessoas não cis, as quais, geralmente, são invisibilizadas, entretanto há um crescente movimento em prol da visibilização e luta por direitos.

Vale destacar o discurso de Sojourner Truth ao perguntar “E eu não sou uma mulher?”. Formula uma questão profunda e, para além do óbvio sobre o tratamento excludente que recebiam as mulheres negras (Truth, 2020) em uma sociedade que privilegiava a mulher branca, cis e norte-americana. Ela discursa o olhar da mulher negra, escravizada e a necessidade de olhar que também há para outras mulheres e, assim, redimensiona a feminilidade ou mulheridades.

As leituras sobre as mulheridades (ou feminilidades) nem sempre foi fácil (ainda não o é). As mulheres dissidentes do perfil hegemônico cis por muitos anos foram percebidas com o olhar patologizante, medicalizante, biologizante onde o outro é quem nomeia a identidade e tal fato gera sofrimento psíquico. O DSM-V ainda patologiza como disforia de gênero. Preu e Brito (2019) criticam essa patologização da transexualidade do DSM-V, que cita a identidade de gênero além do binarismo mas descreve a partir do olhar da cisgeneridade.

Ser mulher não está centrada na genitalidade e para a existência há necessidade de focar no contexto sócio-histórico e oferecer espaços para diferentes feminilidades.

Na história do feminismo no Brasil percebe-se que no século passado ao se falar sobre a mulher referia-se como o “sexo frágil”, dependente do homem e sem autonomia. A mulher negra era objeto de prazer do Senhor de Engenho branco e a mulher branca era destinada apenas para procriar, cuidar dos filhos e da casa. Até

que mulheres fundam a primeira escola para mulheres, começaram a publicar e discutir a condição feminina, o direito ao voto, a liberdade, identidade sexual e os direitos reprodutivos e gradualmente foram se posicionando em sua luta dos direitos e condições de existência (Teles, 1999).

A partir da década de 80 rompe-se com a visão predominante da mulher eurocêntrica (branca, loira dos olhos azuis) cuja questão fez muitas mulheres negras desejarem alisar o cabelo ou mudar o nariz, mulheres não cis mobilizarem para mudanças corporais.

A leitura de outras feminilidades surgiu posteriormente em resultado da dissidência dos movimentos feministas já que havia pautas diferentes entre as mulheres cis e trans, e, estas começaram a se organizar enquanto grupos transexuais travestis e outros.

Muitas discussões surgiram desde o processo de escravidão, subserviência e objetificação do feminino em sua sociedade patriarca e falocêntrica até os dias atuais. A partir da visão patologizante de décadas atrás, na qual a mulher não tinha direito ao prazer, ao seu corpo e definia a imposição da identidade sexual até ao poder da autodeterminação atual. As pautas foram modificadas gradualmente. Vale ressaltar que só em 2018 foi possível mudar o nome sem necessitar de um laudo psiquiátrico para reconhecer o direito de pessoas transgênero de retificar o nome e gênero nos documentos sem a necessidade de comprovar cirurgia de redefinição sexual ou hormonização.

Diante destas questões que permeiam a luta pela existência, acrescenta-se que o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais e travestis (ANTRA, 2021), e em virtude disto é sancionada a lei 13.104/2015 que acrescenta outra condição qualificadora para o homicídio que abraça a mulher transgênero, travesti e outras feminilidades. A transfobia, a violação de direitos, a exclusão das pessoas transgênero e travesti é um problema a ser enfrentado.

Diante disto, este trabalho objetiva

- a) mensurar a auto objetificação em mulheres universitárias não cis;
- b) analisar o impacto da alta objetivação de mulheres universitárias não cis normativas no ambiente universitário.

2. Metodologia

Esta é uma pesquisa quantitativa e exploratória que aborda a auto objetificação feminina em mulheres autopercebidas como transgênero, travestis e não binárias. Utilizou-se a Escala de Objetificação Corporal (EOC feminina) para a coleta de dados, o qual foi aplicada online após o consentimento livre e esclarecido e a descrição das seguintes variáveis: gênero, idade e situação socioeconômica.

Por meio do instrumento, as mulheres universitárias foram livremente convidadas a participarem da pesquisa, compreendendo para tal, pessoas que se identificam com o gênero feminino e que são universitárias brasileiras, sendo excluídas mulheres cis, homens transgênero e homens cis bem como as pessoas não pertencentes ao alunado do ensino superior.

Ambiente

A fim de obter os dados necessários foi realizado um levantamento online por meio de questionário autoaplicável e estruturado através da plataforma *Google Forms*.

Participante

As pessoas participantes deste trabalho foram convidadas por meio da técnica “bola de neve”. Os critérios de inclusão foram a maioria legal e autodeclaração enquanto travesti, transexual e/ou não-binária. Participaram da pesquisa 12 pessoas que se autodeclararam mulheres universitárias não cis.

Procedimento

Foi aplicado o questionário online que se inicia com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em consonância com os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS nº 466, de 2012. Para garantia do anonimato das pessoas que participaram da pesquisa, adotou-se um sistema de identificação alfanumérico e caso sentissem algum desconforto poderiam entrar em contato com os pesquisadores e seriam direcionados para atendimento na clínica-escola do Centro Universitário IESB.

Após a livre confirmação do respondente, segue o questionário com perguntas filtro sobre gênero, cor e escolaridade, priorizando quem se identifica com a identidade feminina brasileira e esteja matriculada regularmente em um curso de nível superior. Respondentes que não preenchem tais requisitos já têm o questionário encerrado.

Em seguida, há uma seção sobre aspectos socioeconômicos dos respondentes, contendo 6 perguntas objetivas com o intuito de coletar dados sobre a realidade da classe econômica, traçando assim um perfil mais dinâmico sobre a auto objetificação no Brasil.

Em seguida aplicou-se a escala EOC (Escala de Objetificação Corporal) validada e traduzida por Loureiro (2014) para uma versão simplificada da escala OBC (*Objectified Body Consciousness*) e identificada a validade e confiabilidade interna em mulheres universitárias (Loureiro, Guerra, Cardoso, Rodrigues, Almeida e Pedruzzi, 2022)

Análise de Dados

Após a coleta, os dados foram analisados através do EXCEL a partir da estatística básica (média e desvio padrão de cada variável) e analisadas a EOC (Escala de Objetificação Corporal)

3. Resultados e Discussão

A tabela 1 apresenta a descrição da amostra em função de sua descrição enquanto identidade de gênero auto declarada. Do total, participaram 162 pessoas que se identificaram como mulheres universitárias sendo que 12 pessoas se autodeclararam Travestis, Transgêneros ou não binárias, sendo, portanto, aproximadamente 7,5% da amostra.

A amostra foi assim constituída por 7 não binárias, 4 mulheres transgênero 1 travesti. Como era de se esperar, o percentual de graduandas transgênero feminino, travesti e outras feminilidades é pequena. Em levantamento recente publicado pela ANDIFES em 2018 constatou 0,2% entre todos universitários em todo país (Andifes-2018). Nossa amostra registrou 7,5%, o que pode sugerir que, através de instrumento aplicado on line, tenham sentido mais confortáveis para a autodeclaração em relação ao gênero e/ou há um número crescente de acesso ao ensino superior de mulheres não heteronormativas

Brazão e Dias (2021) assinalam o pouco conhecimento de estudantes universitários sobre gênero não binário e as diferentes situações de constrangimento que muitos experenciam. Tem sido assinalada a escassez de publicações, sendo

necessário dar voz a pessoas que tem historicamente são silenciadas e agredidas (Pereira e Andrade, 2020) e estabelecimento de políticas afirmativas pelas IES. Borges e Bueno (2023) enfatizam que o Brasil é país que mais mata travestis e transexuais, isto mostra uma abominável desigualdade sócio-econômica, sendo relevante que ações sejam realizadas para facilitar o acesso, a permanência e equidade

Tabela 1 - Descrição identitária autodeclarada das participantes

Sujeito	Descrição auto declarada
1	Não binária
2	Travesti
3	Não binária
4	Não binária
5	Mulher Transgênero
6	Não binária
7	Não binária
8	Mulher Transgênero
9	Não binária
10	Não binária
11	Mulher transgênero
12	Mulher Transgênero

Fonte: elaboração própria

Vale lembrar que gênero é uma categoria que se refere a uma dimensão social e histórica, o que difere de sexo (atribuição em função do aspecto biológico da genitália interna, externa ou genético).

A diversidade de gênero na universidade, revelada nos dados acima, é condição potencial para o questionamento da exclusividade cis-normatividade nos espaços das universidades e estas pessoas experienciam situações de violência e assédios quanto mais distante de heteronormatividade (ANDIFES,2018), além de existir uma invisibilidade de mulheres transgênero, travestis e outras feminilidades no Ensino Superior.

Tabela 2- percentual da amostra em função do gênero autodeclarado

Gênero autodeclarado	Total	Percentual
Não binária	7	58,33 %
Travesti	1	08,33%
Mulher transgênero	4	33,33%
Total	12	100%

Fonte: elaboração própria

A tabela 2 descreve amostra (valores absolutos e percentuais) constituída por 1 (8,33%) por travestis, 4 (33,33%) por mulheres transgênero e 6 (58,33%) por mulheres não binárias. Ressalta-se que “Transgêneros” são pessoas que possuem sua identidade de gênero diferente do que a que lhes foi atribuída ao nascimento; “Não-Binários” são pessoas que não definem sua identidade dentro do sistema binário de gênero (masculino e feminino) e da cis normatividade. De acordo com a LGBT foundation, o binarismo abraça outras feminilidades como gênero queer, gênero fluido, agênero, neutro, bigênero, pangênero, multigênero, intergênero; travesti, por outro lado, é a pessoa que não se identifica como o gênero biológico, mas se entende como uma figura feminina, vestindo e se comportando como o esperado pelo outro sexo (Moreira, 2022).

Chama atenção que 58,33% dos participantes se declaram não binários. Diante de tal fato é necessário ampliar a leitura e trazer para a cena de debates questões da LGBTQIAPN+. Moreira (2022) também aplicando um questionário on-line constatou que até mesmo professores de uma IES na área de educação desconheciam muitas informações sobre gênero.

Goes (2019) enfatiza que o discurso binário (heteronormativo) promove situações onde os não binários sentem-se constrangidos, vistos como diferentes ou desviantes, sofrendo violências em funções das discordâncias heteronormativas, havendo necessidade de intervenções pelos gestores universitários e planejamento de políticas institucionais eficazes (Goes, 2019; Costa, 2020; Brazao & Dias, 2021)

A tabela 3 descreve a amostra em função da cor/raça autodeclarada e renda familiar.

Tabela 3- Descrição da amostra por raça e renda familiar

Sujeito	Descrição autodeclarada	Cor /Raça	Renda Familiar
1	Não binária	Parda	De 6 a 9 salários mínimos
2	Travesti	Branca	De 9 a 12 salários mínimos
3	Não binária	Parda	De 3 a 6 salário mínimos
4	Não binária	Parda	Até 1 salário
5	Mulher Transgênero	Parda	De 1 a 3 salários mínimos
6	Não binária	Preta	De 3 a 6 salário mínimos
7	Não binária	Parda	Nenhuma
8	Mulher Transgênero	Parda	Nenhuma
9	Não binária	Parda	De 3 a 6 salários mínimos
10	Não binária	Parda	De 9 a 12 salários mínimos
11	Mulher transgênero	Branca	De 12 a 15 salários mínimos
12	Mulher Transgênero	Branca	De 6 a 9 salários mínimos

Fonte: elaboração própria

3 mulheres (25%) se autodeclararam brancas, 8 como pardas (66,66 %) e 1 como negra (8,34%). Analisando os dados da tabela 3 acima apresentado, percebe-se que:

- a) Uma mulher não cis normativas apresentou renda familiar inferior a 1 salário mínimo.
- b) as mulheres brancas cis não normativas apresentam renda familiar superior às mulheres negras e pardas não cis normativas
- c) 1 travesti apresentou renda familiar superior (de 12 a 15 salários mínimos)
- d) Apesar da facilidade de acesso ao ensino superior, mulheres negras com sexualidade cis não normativas são a minoria.
- e) Renda familiar inferior a 1 salário mínimo foi apresentada por uma única pessoa (parda e não binária)
- f) Há necessidade de ampliação desta discussão e enfrentá-la para que possamos enfrentar as violações discriminatórias

A tabela 4 apresenta os valores médios da escala de objetificação corporal. Percebe-se que a amostra apresentou altos valores médios em todas as categorias. Todas (não binárias, travestis e mulheres transgêneros) apresentam auto objetificação alta. Assinala-se que, em função desta objetificação, são expostas a situações violências e assassinatos, marginalização e dificuldades na inserção no mercado de trabalho (ANTRA, 2021; Baptista, 2021)

Tabela 4- valores médios do EOC – escala de objetificação corporal

	Média EOC	Resultado
Não binária	50,58	Alta
Travesti	65	Alta
Mulheres transgênero	58,25	Alta
Total	54,34	Alta

Fonte: elaboração própria

Os dados da tabela 4 apontam para alta objetificação de mulheres não cis no ambiente universitário. constatando maior objetificação de travestis (M=65), seguido por mulheres transgêneras (M=58,25) e não binárias (M=50,58).

Os valores considerados altos de objetificação corporal sinalizam que mulheres não cis são altamente objetificadas e isto as desumaniza enquanto mulher, sendo muitas vezes coisificadas e vistas como objeto de prazer ou repulsa, tal situação conduz a assumir papéis de submissão a olhar do homem.

Analisando estes dados, nota-se

a- Alta objetificação –

Perceber esta alta objetificação é constatar que mulheres não binárias, transgêneros e travestis são reduzidas a objeto sexual, como corpos a serem desfrutados

Sabe-se que o Brasil é o maior consumidor de pornografia trans no mundo. (Borges & Tilio, 2018). Há um paradoxo cruel entre o desejo, o fetiche e o ódio. Portanto há necessidade de lidar com a transfobia, exclusão e preconceito (social e de gênero) por mulheres que são coisificadas por um olhar externo cis centrada.

Muitos universitários transgêneros apresentam sentimentos de insegurança e não pertencimento, preconceito e discriminação (Viana et cols, 2022), altas taxas de evasão devendo existir políticas da gestão universitária para promoção de respeito à diversidade e combate à transfobia.

Vale lembrar que discussões acaloradas têm sido oferecidas sobre esta questão, como por exemplo, o acesso, políticas de cotas, programas de políticas afirmativas, contudo há necessidade de maior aprofundamento, ainda há muito a discutir sobre esta pauta.

Sabe-se que um pequeno percentual chega até o ensino superior com significativa taxa de evasão. Muitos são abandonados pela família, violentados pela sociedade cis normativa e acabam vivendo através de sub empregos ou prostituição, em função da transfobia há uma baixa expectativa de vida

- a) UNIVERSIDADE – devem ser instituídas Políticas afirmativas institucionais para acesso e permanência no ensino superior de mulheres não binárias, transgênero e travestis.
- b) APOIO PSICOSOCIAL DIANTE DA ALTA OBJETIFICAÇÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO- deve-se ter processos de escuta e acolhimento para lidar com a vergonha corporal, com os sentimentos de não pertencimento social. Dar voz não apenas a mulheres e homens cis. também é preciso dar voz às mulheres transgênero, travestis e não binárias invisibilizadas e vítimas de uma sociedade patriarcal e falocêntrica
- c) DISCUTIR ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREENDEDORISMO E MERCADO DE TRABALHO- Estima-se que muitas mulheres transgênero e travestis no Brasil tem

a prostituição como fonte de renda e única possibilidade de subsistência (Silva, Bezerra e Queiroz, 2015), possivelmente promovido por diversos fatores como a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar

A ruptura familiar e a exclusão social fazem surgir a exclusão escolar, o que dificulta o processo educacional, de formação e qualificação técnica. A lógica heteronormativa agride essas mulheres diariamente, seja pela mão da família que exclui, da polícia, da população com diferentes formas de violência, isto justifica o pequeno percentual de acesso e permanência ao ensino superior

Diante da alta taxa de objetificação corporal há necessidade de reconhecimento da existência de mulheres não cis também no ensino superior e que “ser mulher” não se reduz ao aspecto anatômico. Foucault (1988) e Butler (1988) destacam a história da sexualidade, os diferentes mecanismos de controle de corpos e analisam as diferentes resistências, o lugar de fala, as relações de poder em uma condição de sofrimento, os conflitos e tensões em pessoas dissonantes com o gênero heteronormativo

Desde tenra idade, aprendemos que nossos corpos devem ser enquadrados em sistemas de controle preestabelecidos, que nos inserem em modelos comportamentais pensados, limitados e limitadores das diversas potencialidades subjetivas e das diversas contradições objetivas, mas, tudo isso, quando diverge da cis normatividade, há a auto objetificação e sofrimento

4. Conclusão

Há uma alta objetificação por universitárias não cis normativas (não binárias, travestis e transgêneras). Há resistência no ambiente universitário diante de um contexto cis normativo reflete ainda uma lógica falocêntrica da sociedade

Diante deste auto objetificação em mulheres universitárias não heteronormativas é revelante refletir sobre o sofrimento mental, sexualização de seus corpos sendo imperioso haver mudanças na sociedade, cultura e de políticas afirmativas.

Se mulheres cisgênero já sofrem com a autoimagem corporal, pois estão a todo tempo sendo bombardeadas com mensagens sobre "o corpo perfeito", imaginem uma mulher transgênero, travesti e não binárias.

Conclui-se que há sofrimento de mulheres universitárias não heteronormativas decorrente do alto índice de auto objetificação, afetando suas percepções corporais, imagens corporais, autoestima, sensação de segurança, bem estar e satisfação consigo, em decorrência afligindo diretamente a saúde mental, seus relacionamentos, qualidade de vida, a vivências dessas mulheres de forma total.

- a) Há alta objetificação corporal feminina tanto por não binárias, transgêneros e travesti.
- b) A auto-objetificação feminina pelas travestis é muito superior que o de mulheres transgêneros e mulheres não binárias
- c) Há necessidade de políticas afirmativas nas universidades
- d) Identificar os dispositivos discursivos e normalizadores que são utilizados pela sociedade universitária para, ao lidar com sexo e gênero, produzem uma visão estereotipada das mulheres não cis
- e) Estabelecer processos que lidem com o discurso excludente

Futuros direcionamentos

Futuros estudos enfocarão através de metodologia qualitativas investigar diferentes olhares sobre a questão, tais questões contemporâneas a auto objetificação e a harmonização facial, direitos de modificação do corpo diante das diferentes coerções discursivas e narrativas das violências no ambiente acadêmico, pelo fato do outro ser diferente, auto objetificação da população LGBTQIAN+ dentre outros

Referências

V PESQUISA Nacional De PERFIL Socioeconômico e Cultural DOS (AS) Graduandos (as) das IFES – 2018 FONAPRACE- Fórum Nacional de pro reitores de assuntos comunitários e estudantis. Brasília- 2019.

ANTRA Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

BAPTISTA, V. F.. Reconhecimento de direitos de pessoas trans: alternativas, políticas e ativismo teórico-judicial. **Revista de Direito Brasileira**, v. 28, p. 131-163, 2021.

BERCHT, Ana Maria. **Teoria da objetificação: aplicabilidades no contexto brasileiro**. 2018 PUC-RS, 76 f. Dissertação de Mestrado

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022

BORGES, M. T.; DE TILIO, R. . Consumo de pornografia midiática e masculinidade. **Revista Periódicus**, v. 1, p. 402-426, 2018.

BERCHT, A. M.; CATELAN, R. F.; PASE, P.; STUCKY, J. L. ; CHINAZZO, I. R. ; AZEVEDO, F. M. ; VEZZOSI, J. ; BRASIL, M. V. ; PORTALINO, E. A. ; RAMOS, M. L. ; ZANELLA, G. ; COSTA, Â.B . Diversidade sexual e de gênero: modelos teóricos de pesquisas recentes no Brasil. In: Elder Cerqueira-Santos; Luciana Maia.. (Org.). Preconceito e exclusão social: estudos em psicologia no Brasil. 1ed.Piauí: EDUFPI, 2019, v. 1, p. 1-443.

BORGES, I. V. I.; BUENO, J. L. P. Travestis e transexuais nas universidades públicas: reflexões sobre o acesso e a permanência . **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e12044, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.12044. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/12044> . Acesso em: 12 jun. 2023.

BRAZÃO, J. P. G.; DIAS, A. F. O que dizem os estudantes sobre gênero não-binário: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade da Madeira. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 3, p. 2886–2909, 2021. DOI:10.22633/rpge.v25i3.15680 . Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/15680> . Acesso em: 16 maio. 2023.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2018

CEREZETTI, Sheila, ALMEIDA, Cecília Barreto ; BARBOSA, Izabella Menezes Passos; GUIMARÃES, Lígia G. ; RAMOS, L. O. ; LESSA, M. M. K. R. ; TULIO, F. A. P. G. ; SILVA, Gabriela Biazzi Justino ; JUNQUEIRA, Gabriela de O. ; ALVES, Isabela Scarabelot Castro ; Campos. Isabelle Oglouyan ; Fonseca, Livia Boruchovitch ;

FERRARO, L. P. Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto? São o Paulo: **Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP)**, 2019. 127 p. E-book. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367420/PDF/367420_por.pdf.multi . Acesso em 15 mai 2023

CALOGERO, R. M., TANTLEFF-DUNN, S., & THOMPSON, J. K. (Eds.). (2011). **Objectification theory: An introduction**. In R. M. Calogero, S. Tantleff-Dunn, & J. K. Thompson (Eds.), *Self-objectification in women: Causes, consequences, and counteractions* (pp. 3–21). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/12304-001>

COSTA, Márcia Sardinha (2020) Gênero e identidade(s) na contemporaneidade: os desafios do não binário. Dissertação de Mestrado UFG 133

CRUZ, L. E. de M. P.; BARRETO, M. L. da S.; DAZZANI, M. V. M. DO GÊNERO AOS PAPEIS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA PESSOA TRANSEXUAL. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 299–314, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n2p299-314. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/7905> . Acesso em: 11 maio. 2023.

DAVIDSON, M. M., & GERVAIS, S. J. (2015). A violência contra a mulher sob a ótica da teoria da objetificação. *Violência Contra a Mulher*, 21(3), 330–354. <https://doi.org/10.1177/1077801214568031>

D'OLIVEIRA, Ana Flávia. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e190650, 2019.

FERREIRA, S. R. S. A respeito da categoria (trans/cis) gênero: a representação da identidade de gênero e a cisgeneridade compulsória. **REVISTA ECO-PÓS (ONLINE)**, v. 24, p. 355-380, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FREDERICKSON, B. L., & ROBERTS, T.-A. (1997). Objectification Theory: Toward Understanding Women's Lived Experiences and Mental Health Risks. **Psychology of Women Quarterly**, 21(2), 173–206. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1997.tb00108.x>

GÓES, Fernanda Karla Fernandes da Silva. (2019) O quarto excluído: GÊNEROS NÃO BINÁRIOS E FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA dissertação de Mestrado UFPB 310 p

HOLMES, S. C., & JOHNSON, D. M. (2017). Aplicação da teoria da objetificação à relação entre vitimização sexual e alimentação desordenada. *O Psicólogo do Aconselhamento*, 45(8), 1091–1114. <https://doi.org/10.1177/0011000017745977>

LABIAK, Fernanda Pereira; DE NOVAIS, Melissa Mendes; DE NOVAES SILVA, Gabriel. Papo reto sobre violência contra a mulher: relato de experiência de uma prática de extensão universitária. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 17, n. 36, p. 145-158, 2020.

LOUREIRO, Carolina Piazzarollo (2014). Corpo, beleza e auto-objetificação feminina. Dissertação de Mestrado- UFES. 147 p

LOUREIRO, C. P. ; GUERRA, V. M. ; CARDOSO, G. K. A. ; MATOS, F. R. ; ALMEIDA, I. M. ; PEDRUZZI, P. F. . Propriedades psicométricas iniciais da Escala de Autoobjetificação Corporal para estudantes universitárias brasileiras. **Psicologia, conocimiento y sociedad** v. 12, p. 110-131, 2022.

MAITO, Deíse Camargo; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Violência interpessoal no ambiente acadêmico: percepções de uma comunidade universitária. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, 2022.

MARACCI, Inara Linn (2013) SOCIALIZAÇÃO, PAPÉIS DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO: TECENDO NARRATIVAS FEMININAS.. Dissertação de Mestrado UNB 309 p

MARIANO, S.; SOUZA, M. F. A Morte Antecipada na Forma de Feminicídio: Pelo Direito à Justiça, à Verdade e à Memória. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 28, n. 1, p. 1–20, 2023. DOI: 10.5433/2176-6665.2023v28n1e46956.

MONTREONE, AINDA VICTORIA GARCIA; FABBRO, MÁRCIA REGINA CANGIANI ; DIAS, T. C. M. ; MOREIRA, D. B. ; FUSSARI, L. . Violência de Gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Revista Gênero**, v. 21, p. 6-23, 2020

MORADI, B., & HUANG, Y.-P. (2008). Objectification Theory and Psychology of Women: A Decade of Advances and Future Directions. *Psychology of Women Quarterly*, 32(4), 377–398. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2008.00452.x>

MORADI, B., & TEBBE, E. (2022). Um teste da teoria da objetificação com mulheres de minorias sexuais. **Psicologia da Mulher Trimestral**, 46(2), 226–240. <https://doi.org/10.1177/03616843211052525>

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Por trás do Monograma do Movimento LGBTQIAPN+: Vidas, Representatividade e Esclarecimentos. **TEMPORIS [AÇÃO]**, v. 22, p. 01-20, 2022.

NOGUEIRA, C. (2001). Contribuições do Construcionismo Social a Uma Nova Psicologia do Gênero. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Portugal. **Seminário Internacional do Projeto Coeducação do Princípio ao desenvolvimento de uma prática, organizado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, em junho de 1999.** <https://doi.org/10.590/S0100-15742001000100007>

PECINI, C., GUIZZO, F., BONACHE, H., BORGES-CASTELLS, N., MORERA, M. D., & Vaes, J. (2023). Objetificação sexual: avanços e caminhos para pesquisas futuras. *Opinião Atual em Ciências do Comportamento*, 50, Artigo 101261.

PEREIRA, A. C.; ANDRADE, V. N. G. . Travestis e Transexuais no Ensino Superior: Uma revisão integrativa de literatura científica - PIBIC. In: IX PESQUISAR, 2020, Aparecida de Goiânia. Educação, Cultura e Comunicação, 2020. v. 9

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

POON, K.-T., CHEN, Z., TENG, F., & WONG, W.-Y. (2020). O efeito da objetificação na agressão. **Revista de Psicologia Social Experimental**, 87, Artigo 103940. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2019.103940>

PREU, Roberto Oliveira e BRITO, Carolina Franco (2019). PATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE: UMA LEI-TURA CRÍTICA DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NAS TRÊS ÚLTIMAS VERSÕES DO DSM DOI: <https://doi.org/10.22409/rq.v19i2.1254>

SCAVONE, Míriam; ALVAREZ, Larissa. Violência contra a mulher no ambiente universitário. **São Paulo: Data Popular/Instituto Avon**, 2015.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). **Crítica Cultural**, v. 14, n. 2, p. 209-21, 2019.

SILVA, R. G. L. B. da; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. de. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v26i3p364-372. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052> . Acesso em: 12 jun. 2023.

TELES, Maria Amelia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil** Ed Brasiliense, 1999

TIGGERMANN, M., & WILLIAMNS, E. (2012). O Papel da Auto-Objetificação na Alimentação Desordenada, no Humor Deprimido e no Funcionamento Sexual entre Mulheres: Um Teste Abrangente da Teoria da Objetificação. **Psicologia da Mulher Trimestral**, 36(1), 66–75. <https://doi.org/10.1177/0361684311420250>

RUTH, Sojourner (2020) **E não sou uma mulher? A narrativa de Sojourner Truth.** Imã editorial. 214 p

Santos, J. A. S. dos ., Trindade, V. L. R. da ., Pereira, O. P. ., & Santos, L. da S. . (2020). TRANSTORNO ALIMENTAR E OBJETIFICAÇÃO FEMININA: UM RESULTADO DAS RELAÇÕES DE PODER?. **Revista JRG De Estudos Acadêmicos**, 3(7), 123–142. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3992831>

VIANA, Carolina Pinto; DELGADO, Igor Matheus; ROSA, Anderson; NEVES, Vanessa Ribeiro; SIQUEIRA, Lucíola D'Emery. Transgender students experience at college. **Acta Paulista Enfermagem**. V. e Aug 2022. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO019666>